



22 de setembro de 2023
CONTAS NACIONAIS ANUAIS (BASE 2016)
2021 (final) e 2022 (provisório)

EM 2022 O PRODUTO INTERNO BRUTO ASCENDEU A 242,3 MIL MILHÕES DE EUROS

O Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 242,3 mil milhões de euros em 2022, o que representou um crescimento nominal de 12,2%, a taxa mais elevada desde 1992, após o aumento de 7,7% registado em 2021 e a forte contração (-6,5%) de 2020 devido aos efeitos adversos da pandemia na atividade económica. O expressivo crescimento nominal do PIB ocorreu num contexto de aceleração dos preços, com o deflator do PIB a aumentar 5,0% (1,9% em 2021). Em termos reais, o PIB aumentou 6,8% (5,7% em 2021). Todas as principais componentes da despesa aumentaram significativamente, destacando-se as exportações de serviços com um crescimento de 40,8% em volume (56,9% em valor), tendo o investimento aumentado de forma moderada (3,5% em volume).

Em 2022, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 12,1% em termos nominais e 6,5% em volume, após variações de 7,0% e 5,5%, respetivamente, em 2021. Destacam-se os ramos do *Alojamento e restauração*, os *Transportes e Armazenagem* e os *Outros serviços*, que apresentaram as taxas de crescimentos em volume mais intensas (50,0%, 20,4% e 13,0%, respetivamente).

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou 11,7% em 2022, após um aumento de 8,4% em 2021. A taxa de poupança das famílias decresceu para 6,5%, menos 4,1 p.p. (pontos percentuais) do que no ano anterior, refletindo o expressivo aumento do consumo privado. A necessidade de financiamento da economia atingiu 0,4% do PIB, o que representa um agravamento do saldo em 1,0 p.p. face ao ano anterior.

Neste destaque divulgam-se os resultados anuais finais de 2021 e provisórios de 2022 das Contas Nacionais Portuguesas.

A compilação da versão final das Contas Nacionais baseia-se em fontes de informação de natureza mais sólida e completa que as versões anteriormente divulgadas, diferenciando-se da versão provisória principalmente pelo elevado grau de detalhe, quer ao nível da compilação, tratamento e análise da informação de base, quer em termos do quadro geral de equilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços (127 ramos de atividade económica X 433 produtos), a preços correntes e a preços do ano anterior, com que são construídas.

Relativamente à versão provisória de 2021, a conta final agora divulgada apresenta uma revisão pouco significativa da variação em volume do PIB (+0,2 p.p.) e um pouco mais expressiva do deflator (+0,4 p.p.), que se traduz numa revisão de +0,6 p.p. na variação do PIB nominal.

Comparativamente com os dados preliminares, os resultados provisórios para 2022 refletem agora, além dos impactos diretos decorrentes da compilação dos resultados finais de 2021, informação mais sólida e exaustiva para o setor das Administrações Públicas, a inclusão de dados revistos referentes ao comércio internacional de



bens e serviços e, sobretudo, a incorporação dos dados da Informação Empresarial Simplificada (IES) referentes a 2022, reportados pelas empresas em julho de 2023. Em consequência, verificou-se uma revisão de +0,8 p.p. na variação nominal do PIB, observando-se uma revisão marginal da variação em volume (+0,1 p.p.) e mais expressiva do deflator (+0,7 p.p.). Na segunda secção deste destaque apresentam-se em detalhe as revisões dos resultados das Contas Nacionais.

Como habitualmente, a reconciliação com as contas anuais agora disponíveis determina igualmente a revisão da série de contas trimestrais, que são disponibilizadas no sítio de internet do INE e estão contempladas no destaque das contas trimestrais por setor institucional, também divulgado hoje.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais.

I – Principais resultados da Conta Anual Final de 2021 e da Conta Anual Provisória de 2022

O PIB estimado para 2022 atingiu 242 341 milhões de euros

O PIB estimado para 2022 situou-se em 242,3 mil milhões de euros, o que representou um crescimento nominal de 12,2%, a taxa mais elevada desde 1992, após o crescimento de 7,7% registado em 2021 e a forte contração (-6,5%) de 2020 devido aos efeitos da pandemia COVID-19. O expressivo crescimento nominal do PIB verificou-se num contexto de aceleração dos preços, com o deflator implícito do PIB a situar-se em 5,0% (1,9% em 2021) e o crescimento real em 6,8% (5,7% no ano anterior), o mais elevado desde 1987.

Quadro 1. Produto Interno Bruto e suas componentes - ótica da Despesa

	2021		2022		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)		Variação em preço (%)	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Despesa de consumo final residentes	177 585	198 128	6,7	11,6	4,7	4,7	1,9	6,6		
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	137 196	155 564	6,8	13,4	4,7	5,6	2,0	7,4		
Despesa de consumo final das AP (2)	40 389	42 564	6,2	5,4	4,5	1,4	1,6	3,9		
Formação bruta de capital	44 566	50 046	16,3	12,3	10,9	3,5	4,8	8,5		
da qual: Formação bruta de capital fixo	43 640	48 666	13,3	11,5	8,1	3,0	4,9	8,3		
Exportações de bens e serviços	89 450	120 199	20,4	34,4	12,3	17,4	7,2	14,5		
Exportação de bens (FOB) (3)	64 727	81 416	19,5	25,8	10,5	8,6	8,1	15,8		
Exportação de serviços	24 723	38 782	22,8	56,9	17,2	40,8	4,8	11,4		
Importações de bens e serviços	95 548	126 032	21,6	31,9	12,3	11,1	8,3	18,7		
Importação de bens (FOB) (3)	79 958	105 185	20,8	31,6	11,7	9,8	8,2	19,8		
Importações de serviços	15 590	20 847	25,7	33,7	15,3	17,9	9,0	13,4		
Contributos, líquidos de importações, para a variação do PIB										
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)			2,5	3,5	1,8	1,4	-	-		
Despesa de consumo final das AP (2)			0,8	0,8	0,6	0,3	-	-		
Formação bruta de capital			1,3	1,2	0,7	0,2	-	-		
Exportações de bens e serviços			3,1	6,7	2,6	5,0	-	-		
Produto Interno Bruto a preços de mercado	216 053	242 341	7,7	12,2	5,7	6,8	1,9	5,0		

(1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – “Free on Board”.



Tal como em 2021, em 2022 todas as componentes da Despesa cresceram em volume, sendo de destacar as Exportações de Bens e Serviços que, com um contributo¹ de 5,0 p.p. (2,6 p.p. no ano anterior), foi responsável por cerca de 70% do crescimento em volume do PIB. A Despesa de Consumo Final das Famílias e ISFLSF contribuiu com 1,4 p.p. (1,8 p.p. em 2021). O investimento e a Despesa de Consumo Final das Administrações Públicas contribuíram com 0,2 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente (abaixo dos 0,7 p.p. e 0,6 p.p. registados no ano precedente).

Em 2022, as Exportações de Bens e Serviços apresentaram o crescimento nominal mais expressivo (34,4%), acelerando face aos 20,4% observados em 2021, sendo de destacar o forte aumento das Exportações de Serviços (56,9%), em resultado sobretudo do grande dinamismo da atividade turística. Também em volume as exportações foram o agregado com maior crescimento (17,4%), com os bens a abrandarem para 8,6% (10,5% em 2021) e os serviços a crescerem 40,8%, após um crescimento de 17,2% no ano anterior. As Importações de Bens e Serviços aumentaram 31,9% em termos nominais (21,6% em 2021), tendo os bens acelerado de 20,8% para 31,6% e os serviços de 25,7% para 33,7%. Em volume, verificou-se um abrandamento das importações totais, com os bens a passarem de uma taxa de variação de 11,7% em 2021 para 9,8% em 2022 e os serviços a acelerarem de 15,3% em 2021 para 17,9% em 2022.

A Despesa de Consumo Final de Residentes cresceu 4,7% em volume, taxa idêntica à de 2021. Todavia a componente do consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias residentes e das ISFLSF) acelerou de 4,7% para 5,6% e o consumo público (Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas) abrandou de 4,5% para 1,4%, em larga medida devido à redução das despesas associadas à pandemia COVID-19.

O investimento aumentou 3,5% em volume em 2022, o que traduz uma diminuição significativa face aos 10,9% registados no ano anterior. A Formação Bruta de Capital Fixo abrandou de 8,1% para 3,0%.

Em 2022, registou-se um aumento expressivo dos preços em todos os agregados do PIB, desde logo no deflator implícito deste agregado, que passou de 1,9% em 2021 para 5,0% em 2022. Como é visível no quadro 1, o crescimento dos preços foi particularmente intenso nas importações e exportações de bens, com variações de, respetivamente, 19,8% e 15,8% em 2022 (8,2% e 8,1%, no ano anterior). Em grande medida, o aumento de preços esteve associado aos produtos energéticos, e a diversos bens intermédios, em particular os mais dependentes daqueles, como químicos, plásticos e borrachas, mas também os metálicos e seus derivados.

A taxa de investimento na economia, medida pelo rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB, atingiu 20,1% em 2022, menos 0,1 p.p. que no ano anterior, como resultado das variações muito aproximadas da FBCF e do PIB nominal (11,5% e 12,2%, respetivamente).

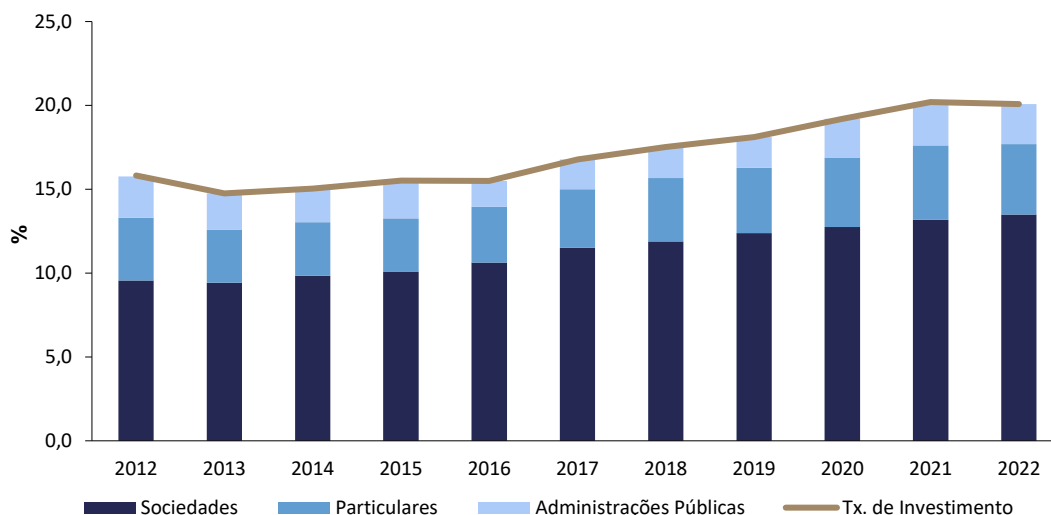
O aumento da FBCF da economia em 2022 foi determinado sobretudo pela FBCF das Sociedades, que cresceu 14,7% (11,4% em 2021). O crescimento da FBCF das Famílias² reduziu-se de 15,3% em 2021 para 6,7% em 2022.

¹ Os contributos para o crescimento do PIB apresentados correspondem a contributos líquidos de importações calculados com base no sistema de matrizes [Input-Output](#), compilado para 2017.

² Inclui Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias.



Figura 1. Taxa de investimento por setor institucional (% do PIB)



Em 2022, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 6,5% em termos reais

Em 2022, o VAB registou um aumento de 6,5% em volume, taxa superior em 1,0 p.p. à verificada em 2021. Como se pode observar no quadro 2, todos os ramos apresentaram crescimentos do VAB, com exceção da *Agricultura, silvicultura e pesca* que contraiu 5,3%. As atividades que apresentam maiores taxas de crescimento são, em regra, as que foram mais afetadas negativamente pela pandemia COVID-19 em 2020. Destacam-se os ramos de *Alojamento e restauração* (+50,0%), *Transporte e armazenagem* (+20,4%) e os *Outros serviços*, onde se incluem nomeadamente as atividades culturais, desportivas, recreativas e serviços pessoais (+13,0%). A *Indústria e energia* e a *Construção* apresentaram crescimentos mais moderados (1,9% e 1,5%, respetivamente), após aumentos mais fortes no ano anterior (6,5% e 5,1%, pela mesma ordem). Note-se ainda que o crescimento moderado do ramo *Imobiliárias* (1,8%) é bastante influenciado pela componente das rendas (efetivas e imputadas), que tem um grande peso dentro do ramo e apresenta em geral uma variação bastante estável, especialmente em volume, pois traduz o stock de casas habitadas. É igualmente de realçar o expressivo aumento dos impostos líquidos de subsídios sobre os produtos, com variações de 12,8% e 9,1% em valor e volume, respetivamente, determinado sobretudo pelo aumento da receita do IVA, que aumentou 18,4% em valor.



Quadro 2. Produto Interno Bruto e suas componentes - ótica da Produção

	Valor (10 ⁶ €)		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Valor Acrescentado Bruto	187 070	209 791	7,0	12,1	5,5	6,5
Agricultura, silvicultura e pesca	4 646	4 495	6,6	-3,3	3,9	-5,3
Indústria e energia	32 954	35 960	7,7	9,1	6,5	1,9
Construção	8 620	9 166	3,9	6,3	5,1	1,5
Comércio e reparação automóvel	23 843	26 560	4,5	11,4	4,1	5,3
Alojamento e restauração	7 899	12 796	24,7	62,0	14,8	50,0
Transportes e armazenagem	7 827	9 935	12,8	26,9	14,0	20,4
Serviços de informação e comunicação	8 504	9 812	9,7	15,4	7,1	10,1
Financeiras e seguros	9 396	10 606	1,8	12,9	5,8	1,2
Imobiliárias	24 349	25 424	3,8	4,4	0,8	1,8
Outros serviços prestados às empresas	16 330	19 266	11,4	18,0	6,6	11,0
Administração pública, saúde e educação	37 840	39 968	6,2	5,6	5,2	3,1
Outros serviços	4 862	5 803	4,0	19,3	1,5	13,0
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	28 983	32 681	12,6	12,8	7,5	9,1
Discrepância		- 131	-	-	-	-
Produto Interno Bruto	216.053	242.341	7,7	12,2	5,7	6,8

Em 2022, as horas trabalhadas aumentaram 3,7%, após variações de 2,6% em 2021 e -8,6% em 2020

Em 2021, o emprego total, medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC)³, aumentou 2,4% após a diminuição de 2,2% no ano anterior. A *Agricultura, silvicultura e pesca* e os *Outros serviços* foram os únicos a apresentarem variações negativas (-2,1% e -0,5%, respetivamente). Os *Serviços de informação e comunicação*, a *Construção* e os *Outros serviços prestados às empresas*, com aumentos de 10,7%, 5,6% e 5,3%, respetivamente, apresentaram os maiores contributos para o aumento do emprego da economia.

Em 2022, o emprego, medido em número de indivíduos, aumentou 1,5% (2,0% em 2021), tendo as horas trabalhadas aumentado 3,7% (2,6% no ano anterior), refletindo o aumento no número de horas trabalhadas por indivíduo, em consequência do incremento da atividade económica no período pós-pandemia.

As remunerações apresentaram um crescimento de 8,4% em 2022, após 7,2% no ano anterior. Esta variação resultou do aumento de 2,5% do número de indivíduos remunerados e de 5,7% da remuneração média, valores ligeiramente superiores aos observados em 2021 (2,0% e 5,1%, pela mesma ordem).

Os subsídios e impostos à produção registaram taxas de variação de -26,2% e 11,2%, respetivamente, em 2022. Apesar da diminuição registada para os subsídios, estes apresentaram valores superiores aos impostos, mantendo a tendência iniciada em 2020.

³ A variável ETC por ramo de atividade apenas é compilada com a versão final das Contas Nacionais.



O Excedente Bruto de Exploração (EBE) das Sociedades não Financeiras (SNF) aumentou 20,5% em 2022, na sequência do crescimento de 16,1% do VAB do sector, que mais do que compensou o aumento de 10,8% das remunerações pagas. A taxa de margem operacional⁴ aumentou 1,4 p.p. face ao ano anterior, atingindo 23,5% em 2022.

Quadro 3. Emprego, remunerações e produtividade

	2021	2022	Taxas de variação (%)	
			2021	2022
VAB (10⁶ €)				
Preços correntes	187 070	209 791	7,0	12,1
Preços do ano anterior	184 336	199 156	5,5	6,5
Emprego				
Horas (10 ⁶)	8 789	9 110	2,6	3,7
ETC (10 ³)	4 813	-	2,4	-
Indivíduos (10 ³)	4 960	5 036	2,0	1,5
Emprego Remunerado				
Horas (10 ⁶)	7 578	7 916	2,9	4,5
ETC (10 ³)	4 207	-	2,2	-
Indivíduos (10 ³)	4 282	4 389	2,0	2,5
Remunerações (10⁶ €)	104 098	112 828	7,2	8,4
Ordenados e salários (10⁶ €)	80 237	87 252	6,3	8,7
Impostos líquidos de subsídios à produção (10⁶ €)	-2 460	- 571		
Excedente/Rendimento misto bruto (10⁶ €)	85 432	97 534	7,8	14,2
Remuneração média anual (€)				
Horas	13,7	14,3	4,2	3,8
ETC	24 742	-	4,8	-
Indivíduos	24 313	25 704	5,1	5,7
Ordenados e salários médios anuais (€)				
Horas	10,6	11,0	3,3	4,1
ETC	19 070	-	3,9	-
Indivíduos	18 740	19 878	4,2	6,1
Variação real da produtividade do trabalho				
Horas			2,8	2,7
ETC			3,0	-
Indivíduos			3,5	4,8
Variação dos custos de trabalho por unidade produzida				
Horas			1,3	1,0
ETC			1,7	-
Indivíduos			1,6	0,8

⁴ Obtida pelo rácio entre o Excedente Líquido de Exploração e o Valor Acrescentado Líquido.



Em 2022 a produtividade aumentou 2,7% e os custos unitários do trabalho por unidade produzida aumentaram 1,0%

Em 2022, a produtividade do trabalho aumentou 2,7%, o que traduz um aumento de 3,7% do emprego, medido em horas trabalhadas, e 6,5% do VAB. No entanto, este indicador pode oscilar em função da variável utilizada para medir o volume de trabalho, especialmente em períodos de forte perturbação da atividade económica, em que as dinâmicas das várias medidas de emprego sejam díspares. Com efeito, com o retomar da atividade económica no período pós-pandemia, o emprego medido em horas trabalhadas aumentou mais intensamente (3,7%) do que medido em indivíduos (1,5%). Consequentemente, os resultados para a variação da produtividade assumem magnitudes distintas, entre 2,7% se referenciada às horas e 4,8% com base nos indivíduos.

A variação de 3,8% da remuneração média por hora, conjugada com o aumento de 2,7% da produtividade, conduziram ao aumento de 1,0% dos custos unitários do trabalho por unidade produzida em 2022. No ano anterior os custos unitários do trabalho por unidade produzida aumentaram, 1,3%, 1,6% ou 1,7%, consoante seja medido em função das horas trabalhadas, do número de indivíduos ou do ETC.

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou 11,7% em 2022

Em 2022, o RNB registou uma variação de 11,7%, que compara com 8,4% em 2021. O crescimento do RNB foi determinado principalmente pelo aumento do PIB nominal, que compensou o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior para -2,6% do PIB em 2022 (-2,1% em 2021). Os rendimentos de propriedade pagos ao exterior aumentaram 21,4% em 2022, mais 2,4 p.p. que os rendimentos recebidos.

Quadro 4. PIB, RNB e RDB

Ano	PIB		RNB		RDB	
	Valor (10 ⁶ €)	Varição em valor (%)	Valor (10 ⁶ €)	Varição em valor (%)	Valor (10 ⁶ €)	Varição em valor (%)
2012	168 296	-4,4	164 312	-5,2	166 151	-4,8
2013	170 492	1,3	168 213	2,4	170 382	2,5
2014	173 054	1,5	169 513	0,8	172 550	1,3
2015	179 713	3,8	174 892	3,2	178 366	3,4
2016	186 490	3,8	181 960	4,0	185 549	4,0
2017	195 947	5,1	191 348	5,2	195 931	5,6
2018	205 184	4,7	200 173	4,6	204 752	4,5
2019	214 375	4,5	208 806	4,3	213 689	4,4
2020	200 519	-6,5	197 398	-5,5	202 446	-5,3
2021	216 053	7,7	213 892	8,4	220 012	8,7
2022	242 341	12,2	239 012	11,7	244 968	11,3



O Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentou 11,3% em 2022

O RDB da economia registou um aumento de 11,3% em 2022 (8,7% em 2021), que determinou o crescimento de 10,4% da poupança bruta da economia (18,0% no ano anterior), apesar do aumento de 11,6% da Despesa de Consumo Final.

O RDB nominal das Famílias atingiu 163,4 mil milhões de euros em 2022, o que representa um aumento de 8,2% (5,2% em 2021). O crescimento do RDB ficou a dever-se ao aumento de 8,3% das remunerações (7,4% em 2021), que explica 5,7 p.p. do crescimento do RDB. O saldo positivo dos rendimentos de propriedade registou um crescimento de 19,8%, provocado pelo aumento de 26,7% dos rendimentos recebidos, que mais do que compensou o forte aumento dos rendimentos pagos pelas Famílias. Os rendimentos de propriedade pagos, que incluem os juros do crédito à habitação, mais do que duplicaram em 2022, atingindo 1 080 mil milhões de euros. O crescimento de 12,7% dos impostos sobre o rendimento contribuiu de forma negativa para a variação do RDB em 1,3 p.p..

O RDB ajustado *per capita* atingiu 18,5 mil euros em 2022, o que representa um aumento de 7,7% relativamente ao ano anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Famílias. Em volume, o RDB ajustado per capita aumentou 0,7% em 2022 (3,7% no ano anterior).

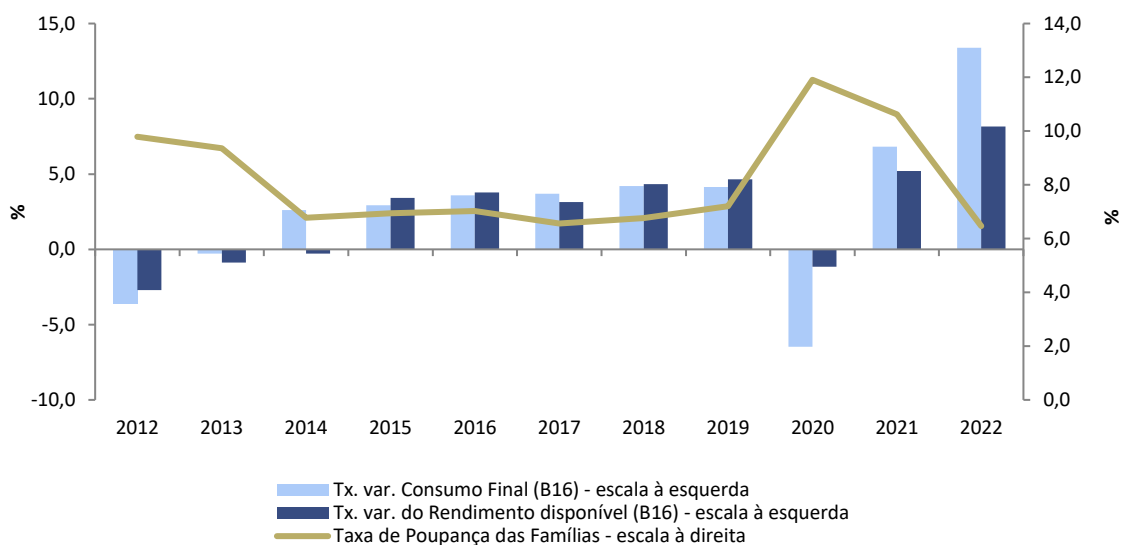
Quadro 5. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+...+(5) + (6)
2012	-4,9	0,4	0,6	1,5	-0,8	0,5	-2,7
2013	0,7	0,2	0,2	0,3	0,5	-2,8	-0,9
2014	0,2	0,0	-0,1	-0,5	0,3	-0,1	-0,3
2015	1,7	0,1	0,5	0,5	0,5	0,1	3,4
2016	2,3	0,8	0,1	0,0	0,2	0,5	3,8
2017	3,7	0,7	-1,2	-0,4	0,4	-0,1	3,1
2018	4,1	1,1	-0,5	0,0	0,1	-0,5	4,3
2019	3,9	0,9	-0,2	0,0	0,2	-0,2	4,6
2020	0,1	-1,1	-1,1	1,4	0,0	-0,4	-1,1
2021	4,9	1,8	-0,8	-0,1	0,2	-0,8	5,2
2022	5,7	1,6	1,0	0,4	0,7	-1,3	8,2



A Despesa de Consumo Final das Famílias aumentou 13,4% em 2022 (6,8% em 2021). O aumento do consumo em 2022 foi superior ao aumento do RDB (8,2%), o que determinou uma redução de 34,1% da poupança das Famílias e uma taxa de poupança de 6,5% (10,6% no ano anterior).

Figura 2. Taxa de poupança das Famílias



A necessidade de financiamento da economia fixou-se em 0,4% do PIB em 2022

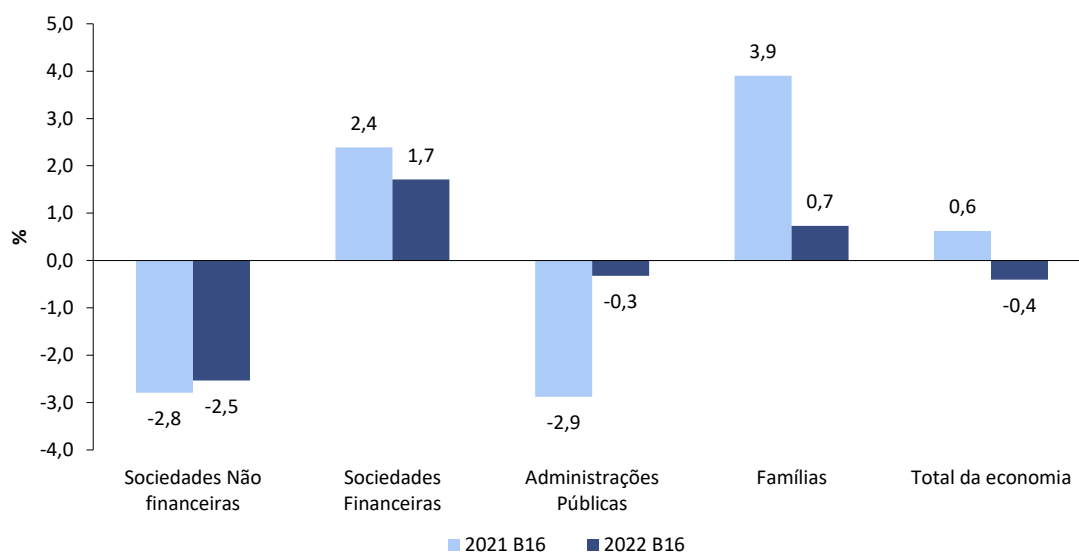
A economia portuguesa apresentou uma necessidade de financiamento de 0,4% do PIB em 2022, o que representou um agravamento do saldo da economia em 1,0 p.p. do PIB. Este comportamento esteve principalmente associado ao crescimento de 12,3% da Formação Bruta de Capital, superior ao já referido aumento de 10,4% da Poupança Bruta.

O setor das Famílias registou uma capacidade de financiamento de 0,7% do PIB em 2022, que compara com um excedente de 3,9% em 2021. A diminuição do saldo foi consequência direta da diminuição da poupança, que por sua vez foi influenciada pelo aumento de 13,4% da despesa de consumo final. A necessidade de financiamento do setor das AP reduziu-se de forma expressiva, passando de 2,9% em 2021 para 0,3% em 2022. Esta redução do défice em 2,6 p.p. refletiu sobretudo o aumento da receita com os impostos, em particular o crescimento de 23,7% da receita do imposto sobre o rendimento.

As Sociedades Não Financeiras registaram uma necessidade de financiamento de 2,5% do PIB em 2022, que representou uma diminuição em 0,3 p.p. face ao ano anterior. A redução do défice do setor foi determinada pelo aumento da poupança de 15,9% e das transferências de capital recebidas (38,4%), que mais do que compensaram o aumento de 15,1% da Formação Bruta de Capital.



Figura 3. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)



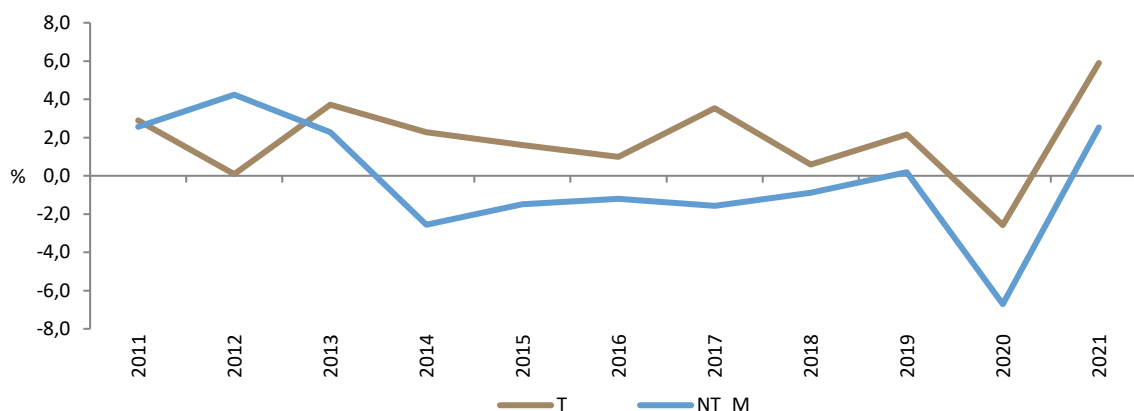


Na última década os produtores de bens e serviços transacionáveis apresentaram ganhos de produtividade e custos unitários do trabalho bastante mais favoráveis que os não transacionáveis

O detalhe das Contas Nacionais finais permite diferenciar comportamentos distintos de alguns agregados específicos da economia portuguesa. Uma das segmentações possíveis é a separação entre i) produtores de bens e serviços predominantemente transacionáveis, i.e., bens e serviços suscetíveis de serem transacionados em mercados interno e externo; ii) produtores de bens ou serviços predominantemente não transacionáveis mercantis; e iii) produtores de bens ou serviços predominantemente não transacionáveis não mercantis, fundamentalmente produzidos pelas Administrações Públicas.

Como se observa na figura seguinte, ao longo da última década as atividades produtoras de bens transacionáveis (T, na figura) apresentaram variações de produtividade positivas, exceto em 2020 devido à pandemia, e claramente superiores aos produtores de bens e serviços não transacionáveis mercantis (NT_M), que têm apresentado variações de produtividade predominantemente negativas.⁶

Figura 4. Variação real da produtividade do trabalho



A evolução distinta da produtividade nos dois segmentos tem ocorrido num contexto de crescimento real do VAB em ambos (figura seguinte), embora mais intensamente nos bens e serviços transacionáveis. É o ritmo de crescimento do emprego, superior ao do VAB, nos não transacionáveis, que tem sido responsável pelo pior desempenho deste agregado em termos de produtividade. Note-se, no entanto, que parte desta evolução pode ser explicada por efeitos de composição do agregado, em resultado de dinâmicas distintas entre ramos tipicamente com menor rácio de valor acrescentado por empregado.

6 – Nesta caixa não são incluídos resultados para os bens e serviços não transacionáveis não mercantis, porque, pela sua natureza não mercantil, as medidas de avaliação da atividade bem como da partilha volume/preço, determinantes para vários indicadores aqui apresentados, assentam, em larga medida, em convenções.



Figura 5. Variação real do VAB

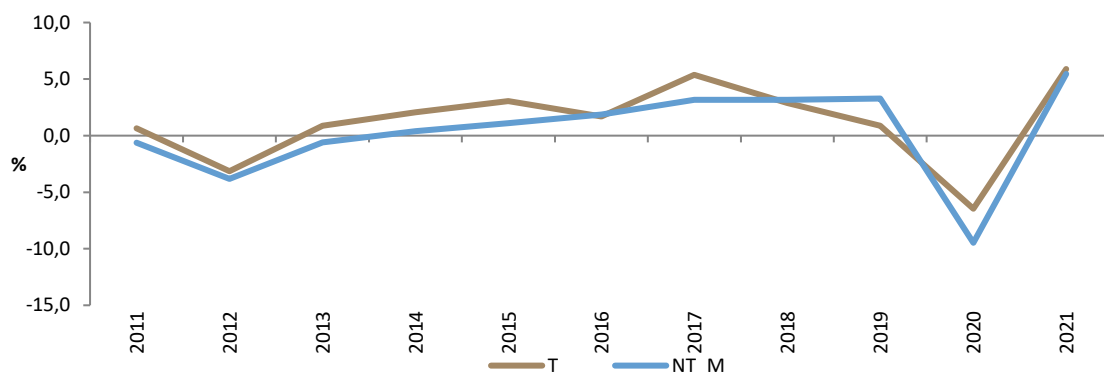
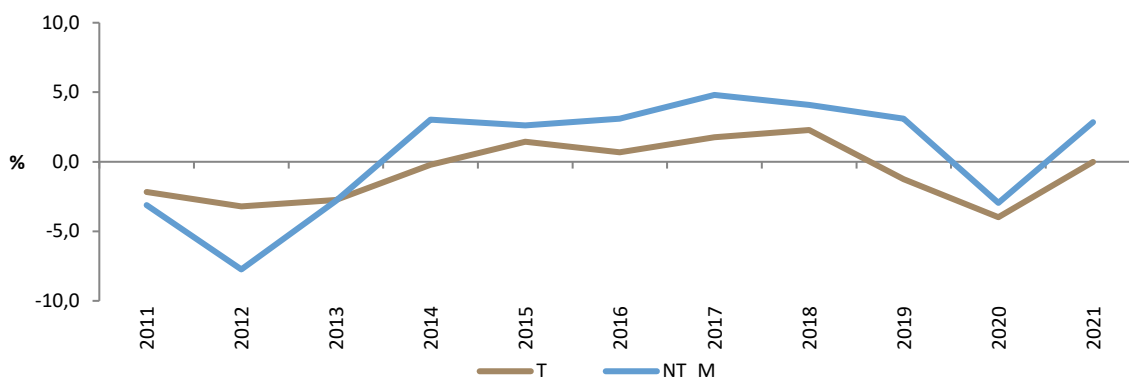
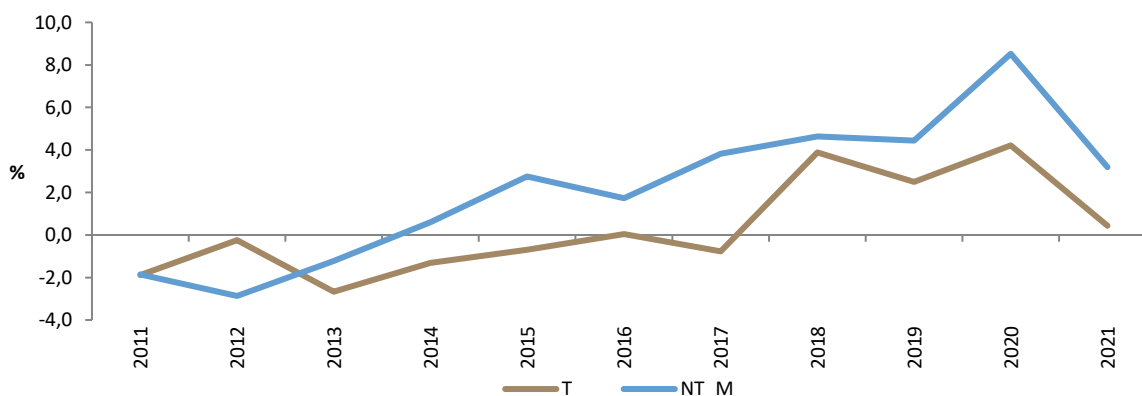


Figura 6. Variação do emprego medido em ETC



Os resultados anteriormente apresentados, conjugados com a variação da remuneração média, dão origem aos designados custos unitários de trabalho por unidade produzida (CTUP). Como se observa na figura seguinte, os CTUP têm crescido desde 2014 no agrupamento dos bens e serviços mercantis não transacionáveis contrariamente ao observado nos transacionáveis, em que apenas nos últimos quatro anos se registou crescimento dos CTUP, ainda assim regressando a variações próximas de zero em 2021.

Figura 7. Variação dos custos de trabalho por unidade produzida





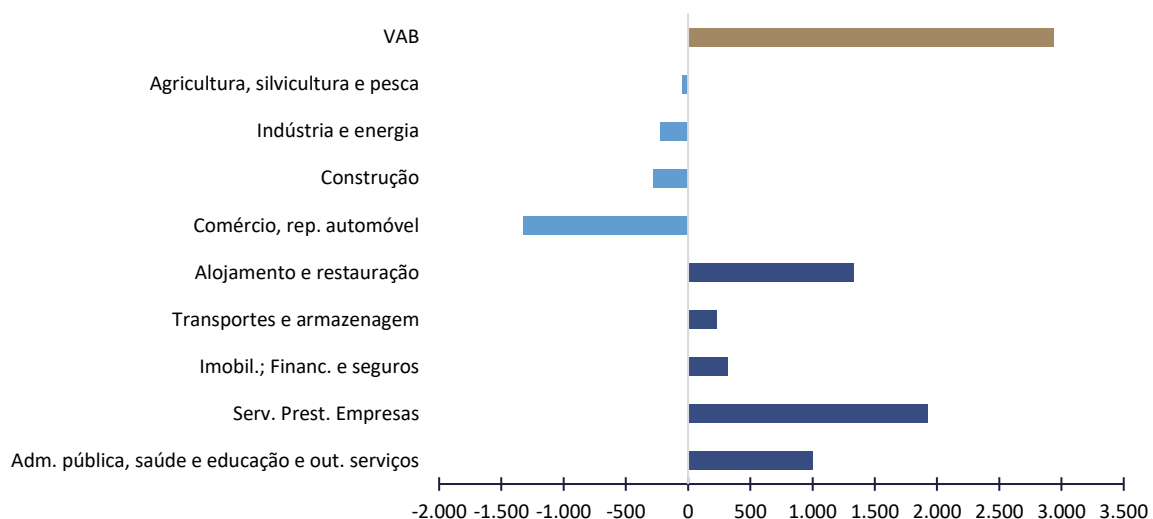
II – Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora divulgados refletem uma revisão pouco expressiva da variação em volume do PIB em 2021 (+0,2 p.p.), sendo o deflator revisto em +0,4 p.p., o que se traduz numa revisão da variação nominal do PIB de +0,6 p.p.. A revisão em 2022 foi de 0,8 p.p. na variação nominal do PIB, observando-se uma revisão marginal da variação em volume (+0,1 p.p.) e mais expressiva do deflator (+0,7 p.p.).

O calendário de compilação das Contas Nacionais, conjugado com a natureza e disponibilidade da informação de base, levam a que as maiores revisões de resultados ocorram entre a versão preliminar e a provisória das Contas Nacionais, divulgadas 60 dias e nove meses, respetivamente, após o fim do ano de referência, como se tem verificado nos últimos anos. Entre estes dois momentos, ficam disponíveis nomeadamente os dados das seguintes fontes de informação:

- A Informação Empresarial Simplificada (IES) que permite obter dados sobre o ano transato baseados nos sistemas contabilísticos do universo das cerca de 500 mil sociedades em Portugal;
- A versão final do comércio internacional de bens;
- A conta geral do Estado;
- Resultados anuais pormenorizados por tipo de despesa e de receita do subsector das administrações públicas locais.

Figura 8. Revisão nominal do VAB 2022 (10⁶ euros)



Num ano marcado pela recuperação económica após a pandemia COVID-19, a IES referente a 2022 veio revelar uma maior intensidade da atividade económica que a inicialmente apurada no âmbito das estimativas trimestrais, destacando-se os ramos de *Serviços prestados às empresas* e *Alojamento e restauração*. No ramo de *Comércio e reparação automóvel* observou-se uma revisão negativa do valor do VAB em 2022.



Como se observa no quadro seguinte, a revisão da variação em volume do VAB foi de +0,6 p.p. e +0,2 p.p. em 2021 e 2022, respetivamente. Em 2022 destacam-se os ramos de *Serviços de informação e comunicação* e *Outros serviços*, com revisões em alta de, respetivamente, 4,5 p.p. e 9,6 p.p., sendo particularmente intenso, no último caso, o crescimento dos serviços culturais, desportivos e o jogo. Em sentido oposto surgem o *Comércio e reparação automóvel* e a *Indústria e energia*, com revisões de -3,1 p.p. e -4,0 p.p.. Por seu lado em 2021 foram as atividades de *Transporte e armazenagem*, *Alojamento e restauração* e novamente os *Outros serviços* que apresentaram as maiores revisões, com +4,5 p.p., +3,7 p.p. e 4,8 p.p., respetivamente.

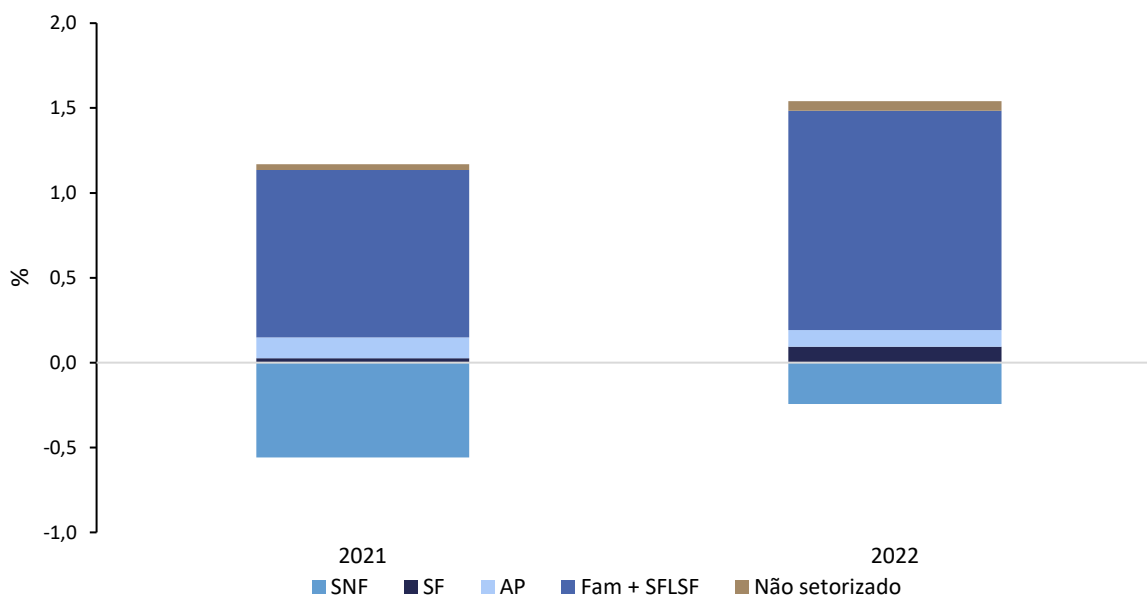
Quadro 6. Revisão das taxas de variação do PIB e suas componentes – ótica da produção

	Valor da revisão (10 ⁶ €)		Variação valor (revisão p.p.)		Variação volume (revisão p.p.)	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Valor Acrescentado Bruto	1 340	2 935	0,7	0,7	0,6	0,2
Agricultura, silvicultura e pesca	- 52	- 42	-1,2	0,1	-1,9	-2,4
Indústria e energia	- 271	- 223	-0,9	0,2	0,6	-4,0
Construção	- 319	- 281	-3,8	0,6	0,5	0,6
Comércio e reparação automóvel	- 400	- 1 320	-1,7	-3,6	-0,9	-3,1
Alojamento e restauração	1 001	1 331	15,8	-4,2	3,7	1,4
Transportes e armazenagem	159	231	2,3	0,3	4,5	1,2
Serviços de informação e comunicação	88	541	1,1	5,2	0,3	4,5
Finanças e seguros	101	243	1,1	1,4	2,8	0,8
Imobiliárias	- 80	77	-0,3	0,6	-0,9	0,1
Outros serviços prestados às empresas	612	1 381	4,2	4,2	0,1	0,9
Administração pública, saúde e educação	204	113	0,6	-0,3	0,8	-0,3
Outros serviços	296	883	6,3	11,6	4,8	9,6
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	74	134	0,3	0,2	-2,5	0,4
Discrepância	- 102	31	-	-	-	-
Produto Interno Bruto	1 312	3 100	0,6	0,8	0,2	0,1

Analisando por setor institucional (figura seguinte), o setor das Famílias foi responsável em 1,3 p.p. da variação do VAB revisto em 2022, enquanto o setor das Sociedades Não Financeiras (SNF) contribuiu em -0,2 p.p. para aquela revisão. Como referido previamente, esta revisão resulta fundamentalmente da incorporação da informação da IES, que foi disponibilizada pelas empresas em julho de 2023 e integrada na compilação das Contas provisórias de 2022. Também o VAB das Sociedades Financeiras e das Administrações Públicas foi revisto em alta, embora de forma pouco expressiva.



Figura 9. Contributos para a revisão do VAB (pontos percentuais) – Setor Institucional



Em consequência das revisões do PIB na ótica da produção, também na ótica da despesa houve alterações nas suas componentes (ver quadro seguinte). Note-se, todavia, que a revisão das taxas de variação nominal do PIB e de alguns agregados, quer em 2021 quer em 2022, foram maioritariamente devidas ao comportamento dos deflatores, enquanto as revisões em volume foram pouco expressivas. Com efeito, em particular os deflatores das exportações, das importações e da despesa de consumo final das famílias foram revistos em alta face às versões anteriormente divulgadas. Essas revisões traduzem a incorporação de informação mais detalhada e completa no processo de compilação das Contas Nacionais, bem como do processo de equilíbrio de recursos e utilizações a preços correntes e do ano anterior, que teve como consequência, por exemplo, deflatores superiores em agregados como o *Alojamento e restauração*.

Em 2021 e 2022, a Despesa de Consumo Final das Famílias apresentou a maior revisão em valor (948 e 2 335 milhões de euros, respetivamente), que correspondeu a mais 0,4 p.p. e 0,9 p.p.. Todavia, como referido, a revisão das variações em volume deste agregado foi nula em 2021 e negativa em 2022 (-0,2 p.p.), traduzindo deflatores mais elevados que os estimados anteriormente. As Exportações de Bens e Serviços e o investimento apresentaram também revisões positivas em termos nominais, de cerca de 560 milhões de euros cada em 2022 (mais moderadas em 2021), que se traduziu em +0,5 p.p. e +0,6 p.p. nas respetivas taxas de variação nominal de 2022. Refira-se ainda as revisões de -0,4 p.p. das taxas de variação em volume das exportações e importações em 2021, apesar de não haver revisão na taxa nominal, o que significa que os deflatores destes agregados foram revistos em alta na mesma intensidade.



Quadro 7. Revisões do PIB e suas componentes – ótica da despesa

	Valor da revisão (10 ⁶ €)		Variação valor (revisão p.p.)		Variação volume (revisão p.p.)	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF	948	2 335	0,4	0,9	0,0	-0,2
Despesa de consumo final das AP	35	- 184	0,0	-0,5	0,0	-0,3
Formação bruta de capital	301	565	0,1	0,5	0,2	0,2
Exportações de bens e serviços	45	563	0,0	0,6	-0,4	0,8
Importações de bens e serviços	17	180	0,0	0,2	-0,4	0,0
Produto Interno Bruto a preços de mercado	1 312	3 100	0,6	0,8	0,2	0,1

A necessidade de financiamento da economia reduziu-se em 0,2 p.p. em 2022

O quadro seguinte apresenta os principais resultados obtidos com as contas finais de 2021 e provisórias de 2022, bem como os resultados da versão anterior publicada a 23 de junho. Em 2021, a Capacidade de Financiamento da economia foi revista em baixa, passando de 0,9% do PIB na versão anterior para 0,6%. Os resultados para o setor das Famílias apresentam agora resultados mais favoráveis, com a taxa de poupança e a capacidade de financiamento a fixarem-se em 10,6% do RDB e 3,9% do PIB, respetivamente (mais 0,7 p.p. e mais 0,5 p.p., pela mesma ordem, face aos resultados anteriormente divulgados).

Em 2022, os principais agregados para o total da economia foram revistos em alta, em grande medida em consequência da própria revisão nominal do PIB. A Necessidade de Financiamento da economia reduziu-se em 0,2 p.p. fundamentalmente devido ao crescimento da poupança mais intenso que o anteriormente estimado.

A taxa de poupança das Famílias não foi revista para 2022 enquanto a Capacidade de financiamento aumentou 0,1 p.p. do PIB. revisões.



Quadro 8. Indicadores para a economia portuguesa

	2021	2022
RNB (taxa de variação)	8,4	11,7
<i>resultados anteriores</i>	7,7	11,0
RDB (taxa de variação)	8,7	11,3
<i>resultados anteriores</i>	8,2	10,4
Poupança Bruta (taxa de variação)	18,0	10,4
<i>resultados anteriores</i>	18,2	7,9
Taxa de Poupança das Famílias (% do RDB)	10,6	6,5
<i>resultados anteriores</i>	9,9	6,5
Rendimento Disponível das Famílias (taxa de variação)	5,2	8,2
<i>resultados anteriores</i>	3,7	8,3
FBCF do total da economia (taxa de variação)	13,3	11,5
<i>resultados anteriores</i>	13,2	11,5
Capacidade/Necessidade de Financiamento em % do PIB:		
Famílias	3,9	0,7
<i>resultados anteriores</i>	3,4	0,6
Total da Economia	0,6	-0,4
<i>resultados anteriores</i>	0,9	-0,6
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	-1,0	-1,0
<i>resultados anteriores</i>	-0,8	-0,8
CTUP (taxa de variação)	3,4	2,8
<i>resultados anteriores</i>	3,4	2,8

Nova base das Contas Nacionais

A legislação europeia e as “boas práticas” no domínio das Contas Nacionais recomendam a atualização quinquenal do ano de referência de compilação das Contas Nacionais, devendo ocorrer de forma articulada com os diversos Estados Membros, sob a coordenação do Eurostat.

As mudanças de base regulares constituem uma oportunidade para integrar nomeadamente novas fontes estatísticas, proceder a melhoramentos metodológicos ou dos métodos de compilação de informação, garantindo a comparabilidade e consistência dos resultados entre todos os países da União Europeia.

Em setembro de 2019 teve início a divulgação da base atual, tendo 2016 como ano de referência. Assim, em setembro de 2024 iniciar-se-á a divulgação da nova base 2021 das Contas Nacionais. Não sendo possível, de todo, antecipar eventuais revisões ou impactos nos resultados dos principais agregados da contabilidade nacional, importa desde já referir que a nova base integrará nomeadamente os resultados dos Censos 2021,



com impactos principalmente ao nível das rendas e do emprego, bem como os resultados do Inquérito às Despesas das Famílias, com impacto ao nível da despesa de consumo final das famílias.

Refira-se ainda que o processo de mudança de base tem um carácter normal e regular, abrangerá as contas financeiras e não financeiras, bem como a Balança de Pagamentos, decorrendo os trabalhos preparatórios de forma articulada entre o INE e o Banco de Portugal.